



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARILENE DIAS DA SILVA



**O PROCESSO DA PESCA ARTESANAL COMO INSTRUMENTO
EDUCATIVO NA ILHA DO CAPIM, EM ABAETETUBA - PA**

**Abaetetuba
2011**

MARILENE DIAS DA SILVA

**O PROCESSO DA PESCA ARTESANAL COMO INSTRUMENTO
EDUCATIVO NA ILHA DO CAPIM, EM ABAETETUBA - PA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Professor Esp. Adelino Ferranti.

**Abaetetuba
2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586p Silva, Marilene Dias da.
O processo da pesca artesanal como instrumento educativo na ilha do Capim, em Abaetetuba – PA / Marilene Dias da Silva. — 2011.
60 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Me. Adelino Ferranti
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2011.

1. Educação formal. 2. Educação não-formal. 3. Pesca artesanal. I. Título.

CDD 370

MARILENE DIAS DA SILVA

**O PROCESSO DA PESCA ARTESANAL COMO INSTRUMENTO
EDUCATIVO NA ILHA DO CAPIM, EM ABAETETUBA - PA**

Data da Defesa: 21/12/2011

Banca Examinadora:

Profº Esp. Adelino Ferranti (Orientador- UFPA)

(Examinador- UFPA)

Abaetetuba

2011

AGRADECIMENTOS

Ao final deste importante trabalho, agradeço:

- a Deus, autor da vida que nos fortalece a cada dia;
- a meus pais, Maria de Nazaré e Manoel (in memorian), que me deram a vida e a fizeram valer apenas;
- a todos da minha família, pois de alguma forma contribuíram para que eu chegasse ao término dessa difícil jornada, em especial minhas sobrinhas Luciane e Gleise;
- aos meus queridos amigos Edson, Auxiliadora, Luciane, Marilena e Elaine, por “pegarem no meu pé”, incentivando-me a não desistir deste sonho.
- aos moradores da Ilha do Capim, minha inspiração para a realização deste trabalho,
- ao professor Adelino Ferranti, pela orientação, incentivo e compreensão diante das minhas dificuldades.
- à professora Mara Rita, por compartilhar comigo os seus conhecimentos a respeito do meu tema.
- Enfim, a todos os que passaram pela minha vida e me ajudaram a chegar ao fim desta difícil, mas gratificante, jornada.

DEDICATÓRIA

O presente trabalho dedico aos moradores da Ilha do Capim, em especial às famílias dos pescadores que colaboraram generosamente com a realização da pesquisa.

EPÍGRAFE

Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo toda a vida. (Lao Tsé)

LISTA DE SIGLAS

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CPP Comissão Pastoral dos Pescadores

FAO Food and Agriculture Organization – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

MONAPE Movimento Nacional dos Pescadores

ONGs Organizações não governamentais

PNDP Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

SOME Sistema de Organização Modular de Ensino

SUDEPE Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar como a educação não formal contribuir para o desenvolvimento do processo da pesca artesanal como instrumento educativo repassado de geração a geração na ilha do capim em Abaetetuba. Para a elaboração deste trabalho optou-se por um estudo de caso do tipo etnográfico com abordagem qualitativa, e para tratarmos desse assunto, nosso trabalho está dividido em dois momentos. O primeiro, constitui-se de uma análise sobre a pesca artesanal e em que ela se constitui seus fundamentos e diretrizes; e no segundo momento, realizamos uma pesquisa de campo na localidade na Ilha do Capim, especificamente com alguns moradores dessa região, utilizamos a entrevista semi estruturada como instrumento para analisarmos as falas com o referencial teórico. Dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro fizemos a conceitualização da educação formal e não formal, trabalhamos com a política nacional de educação do campo, a importância da cultura para a construção da identidade de um povo e a pesca artesanal. No segundo capítulo, detalhamos os aspectos históricos, geográficos, econômicos da Ilha do Capim e ressaltamos a saúde e a educação desse povo. No terceiro e último capítulo descrevemos nossa pesquisa de campo, fazendo a análise das entrevistas e dos dados coletados durante a pesquisa. Foi possível com este trabalho verificarmos que as crianças em sua maioria abandonam a escola para começarem a trabalhar no que para eles é o melhor ou o que a região proporciona. Contamos em todo este trabalho com aporte teórico dos autores que discutem a temática proposta neste estudo, dentre eles: Brandão (2002, 2005); Cury (2002); Fernandes (2004); Ferreira (2007); Furtado (1993); kuan (19820); Libâneo (2005); Leitão (1997); Molina (2003).

Palavras-chave: Educação formal. Educação não-formal. Pesca artesanal.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
CAPÍTULO I: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL.....	12
1.1 A educação formal e não formal: uma base conceitual.....	13
1.2 Política nacional de educação do campo: um processo em construção.....	15
1.3 A importância da cultura para a construção da identidade de um povo.....	17
1.4 A importância da pesca artesanal como atividade econômica e cultural dos ribeirinhos.....	20
1.5 A pesca artesanal realizada na Ilha do Capim.....	25
CAPÍTULO II: PONTOS IMPORTANTES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ILHA DO CAPIM EM ABAETETUBA.....	28
2.1 Aspectos geográficos da Ilha do Capim em Abaetetuba.....	28
2.2 Um breve olhar sobre a história: entre engenhos e descendentes de escravos.....	29
2.3 A relevância dos aspectos sociais presentes na Ilha do Capim.....	32
2.4 A situação da saúde e da educação na Ilha do Capim.....	34
2.5 Atividades econômicas e sustentáveis dos moradores da Ilha do Capim.....	35
CAPÍTULO III: A PESCA ARTESANAL: A VISÃO DOS RIBEIRINHOS EM RELAÇÃO À CULTURA, À EDUCAÇÃO, À ECONOMIA E AO LAZER.....	40
3.1 A visão dos moradores da Ilha do Capim.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXO.....	57

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação não formal é fator relevante para os ribeirinhos, pois é através desta educação que os mesmos garantem a transmissão dos conhecimentos e os costumes do lugar onde moram.

O local que serviu de “palco” para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a Ilha do Capim, que compõe a zona ribeirinha do Município de Abaetetuba – PA.

Um dos trabalhos realizados nessa região é a pesca artesanal, que é passada de geração à geração e acontece através da educação não formal.

Os conhecimentos da pesca artesanal são transmitidos por meio da educação não formal, que perpassa a modalidade de educação formal. O contexto da vida social, política, econômica e cultural, os espaços de convivência social na família, são repassados pelos mais velhos para os mais novos.

Considerando o quadro descrito, pensamos que o estudo da temática é de suma importância para a educação no campo, pois oferece oportunidade de aprofundar a compreensão sobre a realidade da pesca artesanal e da educação não formal na Ilha do Capim, em Abaetetuba.

O presente trabalho “O processo da pesca artesanal como instrumento educativo na Ilha do Capim, em Abaetetuba – PA” tem como objetivos: analisar como iniciou a pesca artesanal na Ilha do Capim e como está hoje; refletir sobre a contribuição da educação não formal para o processo da pesca artesanal; verificar de que maneira as formas de construção dos conhecimentos culturais, são transmitidas ao longo do tempo. Iremos tentar responder estas questões no estudo proposto, oferecendo condições suficientes para a compreensão do problema investigado e contribuindo para a ampliação do entendimento sobre pesca artesanal e educação não formal.

A necessidade de construir o quadro a respeito do processo da pesca artesanal como instrumento educativo repassado de geração à geração na Ilha do Capim, em Abaetetuba, tendo como referencial o processo de formação acadêmica, será de certa forma uma maneira de contribuir com a academia, considerando a importância da educação não formal no processo da pesca artesanal.

Frente às necessidades que se apresentam no campo das atividades de educação não formal, problematiza-se: Como os conhecimentos empíricos sobre a pesca artesanal foram e são transmitidos na Ilha do Capim?

Propomos investigar o problema que contemplará a realidade onde se apresenta o estudo da pesca artesanal dos ribeirinhos da Ilha do Capim por meio da educação não formal. Visamos delinear algumas questões que subsidiaram a pesquisa em proposição, considerando a pesca artesanal mediante o saber não formal de suma importância.

Para a construção deste trabalho, contaremos com a contribuição dos autores, como Brandão (2005), que ajudou com o esclarecimento do que é educação e que ela não acontece somente na escola; Libâneo (2002, 2005), que contribuiu com sua discussão sobre educação formal e não formal. Outros autores que ajudaram para a construção desse trabalho foram Leitão (1997) e Diegues (1983), que relatam sobre a pesca artesanal e as políticas de desenvolvimento. E ainda contamos com a relevante contribuição de Lüdke e André (1986) no que diz respeito à pesquisa, mais precisamente no que se refere a saber o que é uma pesquisa qualitativa, como usá-la e para que serve.

O estudo foi direcionado à pesquisa de campo com base nas diretrizes do enfoque da pesquisa qualitativa, pois se enquadra em um estudo descritivo e tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. O estudo foi direcionado por meio de uma pesquisa etnográfica que segundo Spradley (1979 apud LÜDKE e ANDRÉ 1986, p.14) “é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”, essa abordagem etnográfica é componente da pesquisa na qual o pesquisador pode modificar os seus problemas e hipóteses durante o processo de investigação e tem como objetivo mostrar a maneira que acontece a pesca artesanal através da educação não formal. Para tanto, realizou-se inicialmente o levantamento bibliográfico na busca de referencial teórico que pudesse embasar a pesquisa e confrontá-la com a realidade pesquisada.

A coleta de informações foi realizada mediante à entrevista semi-estruturada, por entender que a mesma possibilita uma maior obtenção de informações no diálogo estabelecido com os entrevistados. A grande contribuição da entrevista em relação a outras técnicas “é que ela permite a capacitação imediata e coerente das informações desejadas, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34). A entrevista contou com a participação de 05 pescadores, 01 pescadora, 04 donas de casa e 01 agente de saúde, todos moradores da Ilha do Capim, e aconteceu na própria ilha, permitindo conhecer aspectos significativos das atividades de trabalho desenvolvidas nessa localidade. A

entrevista constou de um roteiro com 11 perguntas, resultando num leque de respostas pertinentes ao tema, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos.

Visando reproduzir com mais fidelidade a fala dos entrevistados para respaldar nossa pesquisa, decidimos utilizar o gravador para registrar as informações obtidas, explorando as considerações feitas pelos informantes conforme expressa na entrevista, o que possibilitou analisarmos as respostas de acordo com o referencial teórico estudado.

Buscamos analisar o episódio da fala dos entrevistados e confrontá-lo com o referencial teórico. Com base nos resultados obtidos, apresentaremos algumas imagens (fotografias)¹ que estamos utilizando com objetivo de aproximar nosso olhar, no sentido de “ver com outros olhos” e direcionar a atenção para a pesca artesanal e a importância da educação não formal.

O interesse no estudo dessa temática que envolve a pesca artesanal e educação não formal deu-se em decorrência de ser um novo campo de pesquisa que pouco se ouve falar dentro da pedagogia. Optamos por escolher a Ilha do Capim por fazer parte das ilhas de Abaetetuba, pelo seu processo histórico que retrata os escravos e sua atividade de trabalho que envolve principalmente a pesca artesanal. Além disso, em um contato prévio com os moradores dessa localidade, foi possível perceber o quanto são organizados e como podem contribuir transmitindo seus conhecimentos através da oralidade.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo conceituaremos a educação formal, a educação não-formal, a educação no campo, a cultura e a pesca dos ribeirinhos. No segundo capítulo abordaremos os aspectos geográficos, históricos, sociais (religiosos e educacionais) e atividades econômicas da Ilha do Capim. No terceiro capítulo, trabalharemos com a descrição do objeto pesquisado, nesse caso a Ilha do Capim, enfatizando a educação não formal que acontece nessa localidade e que é passada de pai para filho, a entrevista feita com os moradores da região e, conseqüentemente, finalizaremos o trabalho com a análise e as considerações finais.

¹ As imagens que estão sendo utilizadas nesse trabalho foram autorizadas pelos pescadores da Ilha do Capim.

CAPÍTULO I: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL

A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é reconhecido e consagrado na legislação de praticamente todos os países e, particularmente, pela Convenção dos Direitos da Infância das Nações Unidas (particularmente os artigos 28 e 29). Outro exemplo é o Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil, o qual aponta a educação como um dos principais direitos a ser garantido a toda e qualquer criança ou adolescente. Negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática.

A educação² não acontece unicamente no espaço escolar e, de acordo com Brandão (2005), ninguém escapa dela. Seja em casa, na igreja, na rua ou na escola, de um modo ou de outro estamos nos envolvendo: “para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação” (BRANDÃO, 2005, p. 07).

Em qualquer ambiente, escolar ou não, aprende-se algo, seja de configuração formal, informal ou não formal. A questão é que de certa forma, todos aprendem alguma coisa que iremos levar ao longo de nossas vidas, seja o conhecimento do senso comum ou o conhecimento científico. A pesca artesanal não foge de um processo de ensino-aprendizagem formal, pois esse é um aprendizado passado de geração à geração.

Tendo por base estas discussões, o presente capítulo discute sobre a educação formal, não formal, a cultura e a pesca artesanal. Iniciaremos com o que é educação formal e não formal, educação no campo e suas diretrizes operacionais, em

² Neste sentido, podemos concordar com o próprio conceito de educação que consta no artigo 1º da nova LDB: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

seguida abordaremos a cultura e finalizaremos com o conceitualização de pesca artesanal.

1.1 A educação formal e não formal: uma base conceitual

A priori, iniciaremos com a abordagem sobre educação formal nesta pesquisa, partiremos da conceitualização de educação que, segundo Libâneo (2002), a educação é um aprendizado social que procura a realidade dos sujeitos, as características de humanização plena. Entretanto, toda educação se dá em meio às relações sociais. A educação não ocorre exclusivamente na escola e sim onde há redes e estruturas sociais de transferências de saber de uma geração a outra, ou seja, a educação tem por objetivo a humanização do sujeito.

De acordo com as contribuições de Silva (1995), a educação está envolvida em um procedimento de transformação das identidades e das subjetividades, ou seja, ela é uma política cultural, pois compartilha do processo de modificações dos indivíduos.

Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não-convencional) (...) (LIBÂNEO, 2002, p. 88).

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada, como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

De acordo com Libâneo (2002) toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente. O espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da cidade (apenas para definir um cenário da educação não formal) é marcado pela

descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Daí também alguns a chamarem impropriamente de “educação informal”. São múltiplos os espaços da educação não formal.

Contudo, além das próprias escolas, temos as Organizações Não Governamentais - ONGs - (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc, espaços estes onde se desenvolve educação. Na educação não formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um.

A educação não formal possui muitas significações distintas. Brandão (2005) a define como sendo aquela que está relacionada com o processo “livre” (não-institucionalizado) de transmissão de certos saberes, tais como: a fala comum a um dado grupo, as tradições culturais e demais comportamentos característicos das diversas comunidades presentes em uma sociedade. Corresponde às ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

Trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito de cultura. Daí ela estar ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam esses adultos ou crianças. Segundo Gohn (1999), a educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A educação não formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas. (LIBÂNEO, 2002, p.89)

A educação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver.

As novas tecnologias da informação criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, podendo, de lá, acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem à distância, buscar fora das escolas à informação disponível nas redes de computadores interligados, serviços que respondem às suas demandas pessoais de conhecimento. Por outro lado, a sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas, entre outras) está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos. Como previa McLuhan (1969), na década de 60 o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço rompeu com o conceito de tempo próprio para a aprendizagem. O espaço da aprendizagem é aqui, em qualquer lugar; o tempo de aprender é hoje e sempre.

(...) a educação informal perpassa as modalidades de educação formal e não formal. O contexto da vida social, política, econômica, cultural, os espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fabricas, na rua e na variedade de organizações e instituições sociais, formam um ambiente que produz efeitos educativos, embora não se realizem em instâncias claramente institucionalizadas, não sejam dirigidas por sujeitos determináveis (...) (LIBÂNEO, 2002, p. 91)

Hoje vale tudo para aprender. Isso vai além da “reciclagem” e da atualização de conhecimentos e muito mais além da “assimilação” de conhecimentos. A sociedade do conhecimento é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem. As consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes. É essencial saber comunicar-se, saber pesquisar, ter raciocínio lógico, saber organizar o seu próprio trabalho, ter disciplina para o trabalho, ser independente e autônomo, saber articular o conhecimento com a prática, ser aprendiz autônomo e à distância.

A seguir, abordaremos a política nacional de educação no campo num processo de construção do conhecimento.

1.2 Política nacional de educação do campo: um processo em construção

A compreensão sobre a Política Nacional de Educação do Campo está situada nos marcos do paradigma em construção. A Educação do Campo, na análise de Molina (2003), é afirmada como um paradigma em construção que se opõe ao histórico modelo de educação rural, que subalternizou os sujeitos do campo a um modelo educacional urbano cêntrico, que imperou nas políticas educacionais brasileiras.

O paradigma é um modelo abstrato e fundamentalmente normativo na visão platônica, o qual rompe com a concepção e conceito de linearidade no processo evolutivo da ciência e introduz o termo paradigma, compreendendo-o como:

(...) de um lado indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra cabeças da ciência normal. (Kuhn, 1982, p. 218)

Na compreensão de Kuhn (1982), o desenvolvimento da ciência é dinamizado a partir de uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não cumulativas, conduzindo-o a conceber as revoluções científicas como aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativos, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. A ciência, para o autor, portanto, é dinamizada em movimentos cíclicos, instáveis, inter-relacionada aos sistemas de valores de um dado contexto histórico e que implicam em mudanças de regras. É afirmado pelo autor que “(...) um paradigma é aquilo que membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1982, p. 219).

A Educação do Campo é aspirada como um processo específico e diferenciado de formação humana. A educação é assumida em seu sentido amplo, imbricada à existência humana, ultrapassando o significado restrito alinhado com a pedagogia clássica que circunscreve a educação aos limites das fases da vida e seus processos de escolarização.

De acordo com Pinto (1989), situar a educação como formação humana é compreendê-la como um processo, um fato existencial, social e um fenômeno cultural que se desenvolve sobre as bases do ordenamento econômico de uma dada sociedade.

A educação é atividade teleológica, portanto, visa um fim, está sempre dirigida para uma finalidade e nesse sentido é um processo exponencial, que se multiplica pela sua própria realização, sendo inconclusa enquanto prática social. Assim,

a educação no campo precisa levar em consideração a construção do conhecimento a partir do contexto onde ela é desenvolvida, valorizando os aspectos culturais contidos nesse espaço social.

E é sobre a importância dessa cultura dentro de um contexto social que trataremos a seguir, enfatizando o espaço no qual estão inseridos os ribeirinhos, foco desta pesquisa. Veremos o quanto a cultura tem construído significado e contribuído para a manutenção social do universo dos ribeirinhos.

1.3 A importância da cultura para a construção da identidade de um povo

A Cultura³ é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc.

Ao contrário dos outros animais, surgimos no mundo como uma espécie disposta a viver em todos os ambientes do planeta e a comer tudo o que seja digerível em nossos corpos. Somos praticamente a única espécie onívoro-oportunista, e é assim que alguns paleontólogos nos definem. (...) Através do modo como comemos e através do que criamos como preceitos de códigos de normas, como a rotina de todos os dias, como a celebração única num ano ou na vida em volta da mesa em que nos reunimos para saciar a fome dos nossos corpos e para dar respostas à fome de símbolos e de sentidos de afeto e vida (...) (BRANDÃO, 2002 p.20)

Uma das capacidades que diferenciam o ser humano dos animais irracionais é a capacidade de produção de cultura. Ela é fundamental para a compreensão de diversos valores morais e éticos que guiam nosso comportamento social. Entender como estes valores se internalizaram em nós e como eles conduzem nossas emoções e a avaliação do outro é um grande desafio, pois através da cultura demonstramos nosso modo de agir, costumes e instruções de um povo. É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade.

³ No senso comum, o termo é associado a estudo-educação-escolaridade, ou ao mundo das artes, aos meios de comunicação de massa, ao mundo do folclore, lendas, crenças e tradições passadas ou, ainda, a períodos ou etapas da civilização humana. (GOHN, 2001, p. 22)

Podemos ressaltar que esse é um processo em permanente evolução, diverso e rico. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais. É o conjunto de fenômenos materiais e ideológicos que caracterizam um grupo étnico ou uma nação (língua, costumes, rituais, culinária, vestuário, religião, etc), estando em permanente processo de mudança.

Em relação à cultura local, um dos fatores que une a todos, independente de gênero, religião, etnia, idade, etc, é a preservação das histórias transmitidas oralmente, de pai para filho. São histórias de pescador, de caçador, de boto, de visagem e de muitos outros mitos e fatos que fazem parte da cultura local.

Muitas pessoas contam ou ouvem as histórias simplesmente pelo prazer que elas proporcionam, mas não chegam a acreditar nelas. “Eu acho emocionante, ficar ouvindo o meu pai contar histórias de visagem, mas eu sei que elas não existem. É tudo da imaginação dele.” (Luís Roberto – 12 anos). Sobre isto, Santos (1996) afirma que a cultura é: “Conhecimento, ideias e crenças, assim como as maneiras como elas existem na vida social” (SANTOS, 1996, p. 24).

As histórias que estão no universo ribeirinho fazem parte do mundo peculiar de um povo que construiu um universo de histórias do próprio ambiente onde vivem e acreditam que todos os personagens dessas histórias existem e que não são pura ficção, mesmo pelo fato de muitas vezes já ter visto ou ouvido situações em que puderam sentir a presença de seres estranhos, como o curupira, por exemplo. Quando alguém se perde no mato, logo dizem que foi arte do curupira. O boto é outro personagem muito acreditado, não só como um animal que rasga a rede da pesca, mas como um animal que se transforma em homem, encanta e engravida as mulheres.

Mana, quando nós tomo pescando e eu vejo o boto rodiando a nossa montaria, o meu corpo fica logo todo ripiado. Eu fico morta de medo, pensando que ele vai me assombrar. Meu pai contava que na casa do compadre dele o boto entrava quando o compadre tava fora. Ele subia pedia pra mulhé dele arrumar comida. Depois que ele enchia a barriga, ele pulava na água e sumia. (Maria José, pescadora, 45 anos).

Essas e outras histórias fazem parte do cenário cultural da Ilha do Capim, bem como o jogo de futebol todo domingo no campo que fica atrás da capela, a visita da comunidade local a outras comunidades nos períodos de festas religiosas, enfim, várias ações que se tornaram tradição e aos poucos vão constituindo a identidade de uma comunidade da zona ribeirinha. Assim, afirma Santos (1996): “cultura diz respeito a

tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 1996, p. 24).

A história, o modo de viver da população ribeirinha a torna peculiar diante de uma população que vive nas grandes cidades. Os ribeirinhos tiveram que aprender a lutar e até mesmo a rever sua maneira de viver dos recursos naturais para garantir a existência de seu povo, pois todas as dificuldades e ameaças os obrigaram a buscar aperfeiçoamento e conhecimentos legais (leis, decretos, etc) para que pudessem conhecer seus direitos e assim conquistá-los.

A Ilha do Capim, pelo que foi possível perceber através dos relatos dos moradores, tem suas dificuldades, mas também seus avanços e continua delineando uma história de luta, buscando melhorias de vida para os moradores.

Além disso, há a preocupação com a preservação da cultura, por parte de muitos familiares, principalmente no âmbito profissional, onde os pais transmitem aos filhos todos os conhecimentos adquiridos por meio da atividade pesqueira. Assim, cultura é: “conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade no curso de sua história” (SODRE, 1991, p.9).

Neste sentido, podemos perceber a valorização de um povo em se tornar individual, através dos costumes dos lugares onde vivem. Apesar de estar sempre de certa forma isolado, esse povo consegue perceber diante dos fatos a importância que a cultura dos mesmos tem e o significado desta na preservação das comunidades. O que é mais curioso é que a maioria, se não todos, já consegue estar conectada com os meios de comunicação, mas mesmo assim prefere continuar em seu lugar de origem, conquistando cada vez mais espaço dentro de seu próprio “território”. A união também é fator preponderante, pois eles entenderam que a força e a união é que tem garantido as conquistas do povo.

Ainda sobre cultura, podemos considerar a mesma como um campo de produção de significados e de representação. Cultura é muito mais que costumes, crenças e valores de um povo, de uma comunidade; cultura diz respeito à posição social que aquela comunidade vai assumir na sociedade. Assim, cultura, para Moreira (1998), é “o campo real sólido, das práticas, representações, línguas e costumes de qualquer sociedade é história específica” (HALL ANO apud MOREIRA, 1998 p. 80). É a partir dessa posição que será delegado poder a esses membros. Logo, a:

(...) cultura é um local crucial para a produção e para a luta pelo poder onde o poder é compreendido não necessariamente na forma de dominação, mas como uma força produtiva e mediadora para criar e

recriar os contextos sociais políticos e econômicos diversos, interconectados, que compõem a vida cotidiana. (GIROUX, 2003, p. 85)

Essa visão de Giroux (2003) mostra-nos uma amplitude no conceito de cultura, até certo ponto mais abrangente que os dos autores já citados.

A seguir iremos conceituar a pesca artesanal como atividade econômica e cultural para os ribeirinhos, mostrando a trajetória da pesca e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais.

1.4 A importância da pesca artesanal como atividade econômica e cultural dos ribeirinhos

A pesca é uma atividade praticada desde os primórdios, quando os homens primitivos alimentavam-se de frutas e raízes e, por necessidade, passaram a coletar alimento no reino animal, primeiro na caça e depois na pesca. Este é um termo que passa ser inicialmente definido como: “(...) termo genérico empregado para designar a captura de animais aquáticos, seja por esporte, para o próprio consumo ou para aproveitamento comercial” (BARSA, 1997, p. 285).

A atividade pesqueira é muito ampla: o processo da captura inclui desde os pequeninos crustáceos até os grandes peixes e baleias. Algumas normas nacionais e internacionais são estabelecidas para que a pesca não seja realizada desordenadamente e garanta a sobrevivência das espécies. Porém, ainda há muito de irregularidade neste ramo, sendo que muitas indústrias pesqueiras realizam a pesca aleatoriamente.

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, os assuntos referentes à pesca ficaram, na maior parte do tempo, sob a jurisdição do Ministério da Marinha. Com o objetivo de estudar os recursos naturais das águas brasileiras e regular a sua utilização, foi criada em 1912 a 1ª Inspeção da Pesca no Ministério da Agricultura, sob a LEI 2.544, de 12 de Janeiro de 1912. Após o fim da I Guerra Mundial, “(...) a Marinha Brasileira fez percorrer por todo o litoral e pelo rio Amazonas a Missão do cruzador José Bonifácio, sob o comando de Frederico Villar, matriculando pescadores e organizando-os em colônias de pescadores” (LEITÃO, 1997, p.39).

Outras leis e decretos de leis foram criados ao longo do século XX para regulamentar a questão da pesca no Brasil e em 1962 foi criada a SUDEPE⁴, a nível federal, subordinada ao Ministério da Agricultura, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca – PNDP -, além de prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos da pesca, entre outras responsabilidades.

Nos últimos trinta anos, importantes mudanças ocorreram no âmbito da pesca no Brasil e no mundo. O estado do Pará, peculiarmente, conheceu essas mudanças passando, num curto espaço de tempo, por transformações fundamentais nas áreas tradicionais de produção pesqueiras.

Muitas pesquisas estão sendo realizadas com o objetivo de analisar as mudanças ocorridas nas tecnologias e nas relações de trabalho, revelando as formas de organização social das populações pesqueiras e contribuindo para o entendimento dos impactos sofridos por esse grupo de trabalhadores.

A pesca continua sendo uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Brasil, apesar de todas as dificuldades enfrentadas por essa categoria de trabalhadores.

As Diretrizes Governamentais a nível federal, voltadas para o setor pesqueiro, trabalham com uma concepção de pesca que não condiz com a realidade social da maioria dos trabalhadores deste ramo profissional. Por mais que os pescadores convivam com os mesmos ambientes aquáticos, suas formas de organização social e de produção não são uniformes, revelando diferenças significativas entre os diversos grupos de pescadores. Esta realidade não é levada em consideração por aqueles que planejam e administram a pesca, os quais muitas vezes criam estereótipos sobre os produtores, considerando-os como analfabetos, velhos e incapazes de acompanhar as novas tecnologias e por isso não participam dos processos de decisão e de elaboração de políticas e ações.

Durante os anos setenta e oitenta as Diretrizes Governamentais estavam destinadas à regulamentação exclusiva da atividade pesqueira empresarial, ignorando a realidade dos pequenos trabalhadores da pesca, deixando-os fora do cenário político-econômico brasileiro, impedindo a valorização profissional e a mobilização política dos trabalhadores. O pequeno pescador não objetiva alta produtividade, altos lucros ou ficar milionário através da pesca. Ele só quer viver dignamente do seu trabalho, tendo o necessário para manter sua família, além de ser reconhecido profissionalmente. Já os

⁴ Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

grandes empresários tem a perspectiva de lucros exorbitantes, vendo a pesca como um grande investimento.

Segundo LEITÃO (1997), diversos órgãos governamentais passaram pela história da regulamentação da atividade pesqueira no Brasil. Contudo, o principal órgão responsável pela gestão dos recursos pesqueiros, a nível federal, foi a SUDEPE, tendo como um de seus objetivos a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca. Porém, todos os diversos planos nacionais de desenvolvimento, quanto às leis regulamentares do setor pesqueiro, foram elaborados visando exclusivamente a pesca como atividade industrial, com a intenção de extinguir a “tradição rudimentar” da pesca, considerada como obstáculo pelos agentes financeiros, uma vez que não podia ser contemplada entre as atividades economicamente produtivas.

A SUDEPE elaborou quatro planos de desenvolvimento da pesca, cujo objetivo era apresentar diretrizes de regulamentação do setor pesqueiro. Esses planos eram quinquenais e muitas de suas propostas não chegavam a ser concretizadas.

Em 1963 foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca – PNNDP, o qual representava a primeira tentativa de organizar uma política pesqueira para o Brasil, mas não foi colocada em prática. Isto mostra que as diretrizes propostas não foram suficientemente organizadas ou adaptadas à realidade da pesca.

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca foi elaborado para o período entre 1969 a 1974 e apresentou as diretrizes propostas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO - food and agriculture organization) para a pesca brasileira, organização esta, de caráter internacional, responsável por elaborar planos para a alimentação, seja com relação à agricultura, à pesca, etc. Nesse novo plano havia uma definição sobre pesca artesanal.

Pesca Artesanal, para melhor definir os recursos humanos vinculados ao setor da pesca, foi esta classificada em duas categorias: a pesca primitiva, ou de subsistência, e a pesca propriamente artesanal. Entende-se por “pesca primitiva” aquela praticada com elementos e condições tão rudimentares que seu produto não basta para atingir o limite mínimo de subsistência do pescador.

Quando o esforço individual supera o limite de subsistência, pode-se então denominar esse indivíduo de pescador artesanal. Geralmente o pescador primitivo se dedica a essa função frente à angústia de não ter outra possibilidade para prover sua subsistência. Trata-se da pessoa obrigada ou “condenada” a essa atividade, independente de sua vontade, por falta de oportunidade. É o caso de boa parte dos pescadores das regiões Norte e Nordeste e alguns núcleos da região central.

De acordo com a SUDEPE (1969), o pescador artesanal é, até certo ponto, profissional autônomo que tomou a decisão de ser pescador por entender que esta é a atividade que mais lhe convém (embora, às vezes, esteja equivocado). Busca esse homem algum sistema de organização protetora de chegar a representar uma força de pressão considerável em muitos países, ora procurando assistência médica e educacional, outras vezes tentando organizar-se em cooperativa de abastecimento ou consumo. Esse tipo de pescador constitui a maior parte dos pequenos pescadores da região central do Brasil.

Segundo a SUDEPE (1969), a grande maioria dos chamados pescadores é, na verdade, pessoas que por razões múltiplas, destacando o despreparo educacional e a carência de oportunidade de emprego, derivaram para a pesca, procurando a solução de seus problemas de subsistência. Assim, a pesca tem recebido toda a carga resultante de estágio de subdesenvolvimento econômico-social do país.

Vê-se, portanto, que o pescador artesanal é concebido preconceituosamente como um ignorante, incapaz de encontrar outro tipo de trabalho, como se a pesca fosse uma profissão inferior às outras. Na realidade, esse tipo de pescador possui um amplo saber sobre diferentes espécies de pescado, ambientes, formas de capturas e outros conhecimentos que são transmitidos através das gerações que perpetuam esta atividade profissional.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca elaborado para o período de 1975 a 1980 apresentou diretrizes mais claras e propostas de ações aparentemente possíveis de serem executadas. Nestes documentos as metas indicadas tem o objetivo de elevar os índices de produção e de produtividades. Para isso, era previsto a criação de condições efetivas para o fortalecimento do setor privado, mediante a proteção e incentivos adequados e valorização da pesca artesanal. A partir daí começa a haver uma maior preocupação com a pesca artesanal pelo fato de que este setor continuava sendo o responsável pelo abastecimento do pescado no mercado interno. Muitas empresas beneficiadas pela política de industrialização da pesca, promovida pelo governo brasileiro, acabaram indo à falência porque buscavam lucros rápidos, mas sem experiência na administração do setor pesqueiro, fato este que valorizava ainda mais a pesca artesanal.

Em 1977, dez anos após a implantação dos incentivos fiscais às indústrias, a pesca artesanal, sem nenhuma ajuda financeira considerável, ainda era responsável por 50% do volume total da pesca

brasileira e por cerca de 50% do valor gerado por essa atividade. (DIEGUES,1983, p.146)

O IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, último elaborado pela SUDEPE, previa ações para o quinquênio 1980 a 1985. As diretrizes propostas no IV PNNDP objetivavam o aumento da produção de animais ou plantas aquáticas. Porém, os recursos para o investimento no setor pesqueiro haviam diminuído e a SUDEPE, como órgão governamental, estava chegando ao final de seus trabalhos.

Neste último documento elaborado pela SUDEPE há, pela primeira vez, uma discussão acerca das relações de produção e organização social dos pescadores artesanais, os quais representam aproximadamente 95% dos trabalhadores do setor pesqueiro, cuja mão de obra, apesar de não ser capacitada, é especializada, passando o ofício de geração a geração.

De modo geral, os planos elaborados pela SUDEPE estavam voltados para a produção do setor pesqueiro no Brasil, buscando novas técnicas de captura e de abastecimento do pescado.

Atualmente, os pescadores no Brasil vem se organizando de diversas formas. Vale ressaltar o importante apoio da igreja, sobretudo da igreja católica, através da CPP⁵ e, em consequência desta, surgiu o MONAPE⁶, constituído por pescadores e pescadoras artesanais, cujo objetivo maior é a luta pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da pesca e suas famílias.

O MONAPE é uma personalidade jurídica e formal dentro das estruturas oficias de representação de classes e seus compromissos de luta tem sido: organização dos pescadores artesanais, defesa do meio ambiente, elaboração de propostas de políticas pesqueiras, resgate e valorização do pescador como profissional, garantias de participação dos pescadores nas decisões políticas do país, intervenção nas políticas públicas e informação aos trabalhadores da pesca sobre os acontecimentos de caráter nacional e internacional.

No MONAPE merece destaque a participação das mulheres, pescadoras artesanais, que estão cada vez mais tomando consciência de sua importância como profissionais da pesca.

Portanto, a pesca não é uma profissão inferior às outras. Pelo contrario, além de ser um símbolo da cultura vinda desde os homens primitivos, é uma importante

⁵ Comissão Pastoral dos Pescadores.

⁶ Movimento Nacional dos Pescadores.

atividade econômica de desenvolvimento e crescimento do país e por isso os profissionais desta área de trabalho merecem respeito, reconhecimento e incentivo pela atividade que realizam.

Segundo a Legislação do Planalto Central, artigo 8º da Lei nº 11.950, de 29 de junho de 2009, a pesca é classificada como comercial e não comercial. A pesca comercial está classificada em artesanal e industrial, sendo que a artesanal é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações de pequeno porte, enquanto que a industrial é praticada por pessoa física ou jurídica e envolve pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

Na pesca não comercial temos: a científica, a amadora e a de subsistência. A pesca científica é aquela que é praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; a pesca amadora é quando exercitada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou apetrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; e a pesca de subsistência é aquela praticada com fins de consumo doméstico ou escambo, sem fins de lucro, e utilizando materiais previstos em legislação específica.

A pesca praticada na Ilha do Capim é a pesca artesanal, pois é exercida de forma autônoma e para a renda da família. A seguir trabalharemos com a pesca artesanal realizada pelos ribeirinhos da Ilha do Capim.

1.5 A pesca artesanal realizada na Ilha do Capim

A pesca artesanal é uma modalidade de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar, com embarcações de pequeno porte, como canoas, rabetas, botes ou ainda sem embarcação, como na captura de moluscos perto da costa. Sua área de atuação está nas proximidades da costa e nos rios e lagos. Os equipamentos variam de acordo com as espécies a se capturar (rede de cerco, rede de lancear, espinhel, caniço, malhadeira, arrasto simples, arrasto duplo, tarrafa, linha e anzol, arpão, armadilhas e outras).

A pesca artesanal define-se como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meios de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizadas e baseadas em conhecimentos empíricos. Em outras palavras, a pesca artesanal configura-se na exploração de recursos pesqueiros com a utilização de tecnologia simples para a captura, com a produção em baixa escala.

O Brasil é um dos países com maior potencial pesqueiro a ser explorado. Conforme dados do governo federal, o país participa apenas com 0,03% do mercado mundial de pescado. Apesar disto, a produção proveniente da pesca artesanal no máximo pode ser feita por estimativas, não existindo um controle efetivo de quanto é produzido pelo pescador artesanal.

Certo, porém, é que a pesca artesanal sempre existiu no Brasil. A ocupação do território nacional se deu do além-mar em direção ao interior. Isto faz com que se presuma que a pesca artesanal sempre tenha sido praticada na costa brasileira. A importância da pesca artesanal não se resume apenas a preservar uma atividade econômica, mas preservar uma parcela da história e da cultura de cada localidade, região, ou estado brasileiro.

A pesca artesanal do Estado do Pará compreende dois grandes setores: primeiro a pesca em águas continentais (rio Amazonas, tributários e áreas de inundação); segundo a pesca marinha (estuários, canais, costa, plataforma continental e zona econômica exclusiva).

Já a pesca artesanal dos moradores da Ilha do Capim é realizada nos mares e nos rios de Abaetetuba e redondezas. Podemos dizer que nos dias de hoje qualquer atividade extrativista está submetida às restrições ambientais. A pesca artesanal, por ser uma atividade onde o homem retira da natureza o seu sustento, segue o mesmo rumo. O pescador artesanal, porém, sempre esteve integrado com a natureza. O objetivo da pesca artesanal nunca foi o lucro, como acontece em qualquer atividade industrial. Por sinal, a história do homem nos conta que a atividade industrial é a causa principal da degradação do meio ambiente.

A vida sempre modesta dos pescadores artesanais, que pescam para viver e não para enriquecer, demonstra que se um pescador artesanal comete uma infração ambiental, é porque não tinha o completo conhecimento da lei, ou o fez por necessidade. Ora, esta “necessidade” não pode existir. Se o Estado quer e todos nós devemos preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, é importante dar condições para que as pessoas que dependam diretamente do uso do meio ambiente,

possam sobreviver sem privações. Logo, o pescador artesanal tem direito a que sua realidade seja levada a efeito de políticas públicas adequadas.

O pescador artesanal não precisa de favores de qualquer governo, mas daquilo que é seu por direito.

Por outro lado, apesar da pesca ser uma atividade dependente de ações do governo federal, é imprescindível a atuação dos governos municipais e estaduais, pois estes estão próximos da realidade de cada região ou município, podendo contribuir para que a pesca artesanal não seja vista no futuro como algo do passado, como poderá acontecer com o “arrastão da tainha”, realizado nas praias de Santa Catarina, que além de representar uma pesca solidária, faz parte da cultura da região, é divertida e, sobretudo, possui potencial turístico.

Na Ilha do Capim, os peixes mais comuns da pesca artesanal são: mapará, dourado, piramutaba, sarda, pescada, mandii, filhote, piaba, piraíba e mandubé, os mesmos servem para o alimento da comunidade ribeirinha e para serem vendidos na cidade, no mercado de peixe.

A seguir, iremos trabalhar com os aspectos geográficos, históricos, sociais, religiosos, educacionais e econômicos da região da Ilha do Capim, no Município de Abaetetuba.

CAPÍTULO II: PONTOS IMPORTANTES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ILHA DO CAPIM EM ABAETETUBA

A Ilha do Capim é mais uma das ilhas que compõem o universo ribeirinho da região Amazônica. Esta localidade tem especificidades que nenhum outro lugar fornece, mas também tem uma história importante construída durante toda a sua trajetória, história esta que fez com que a Ilha do Capim fosse assim, como todo o Brasil, uma construção realizada sob trabalho de escravos que chegaram neste lugar para servir seus senhores, que eram donos das terras. Este lugar de difícil acesso só poderia também ser de poucos moradores, o que hoje já não é mais a realidade deste lugar, pois a ilha já está povoada e cheia de histórias a serem contadas.

2.1 Aspectos geográficos da Ilha do Capim em Abaetetuba

A Ilha do Capim fica localizada ao norte da sede do município de Abaetetuba, em frente à praia de Beja. É constituída por treze igarapés e duas praias, destacando-se a praia do Acaiacá, por sua extensão. Essa região é ocupada atualmente por cerca de 130 (cento e trinta) famílias, o que representa aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) habitantes, de acordo com a pesquisa realizada pela Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz – Ilhas de Abaetetuba – no segundo semestre de 2010.

Ao redor e no interior da ilha, próximo aos igarapés, encontra-se a área de várzea, caracterizada por terrenos alagados ou atolados pela predominância da lama. Nesta área está situada a maioria das residências, as quais são construídas de madeira. Além da várzea, existe também a área de terra firme, onde os terrenos são localizados distantes dos igarapés e por isso estão sempre secos. Nestes terrenos há poucas casas, mas quase todas são construídas em alvenaria.

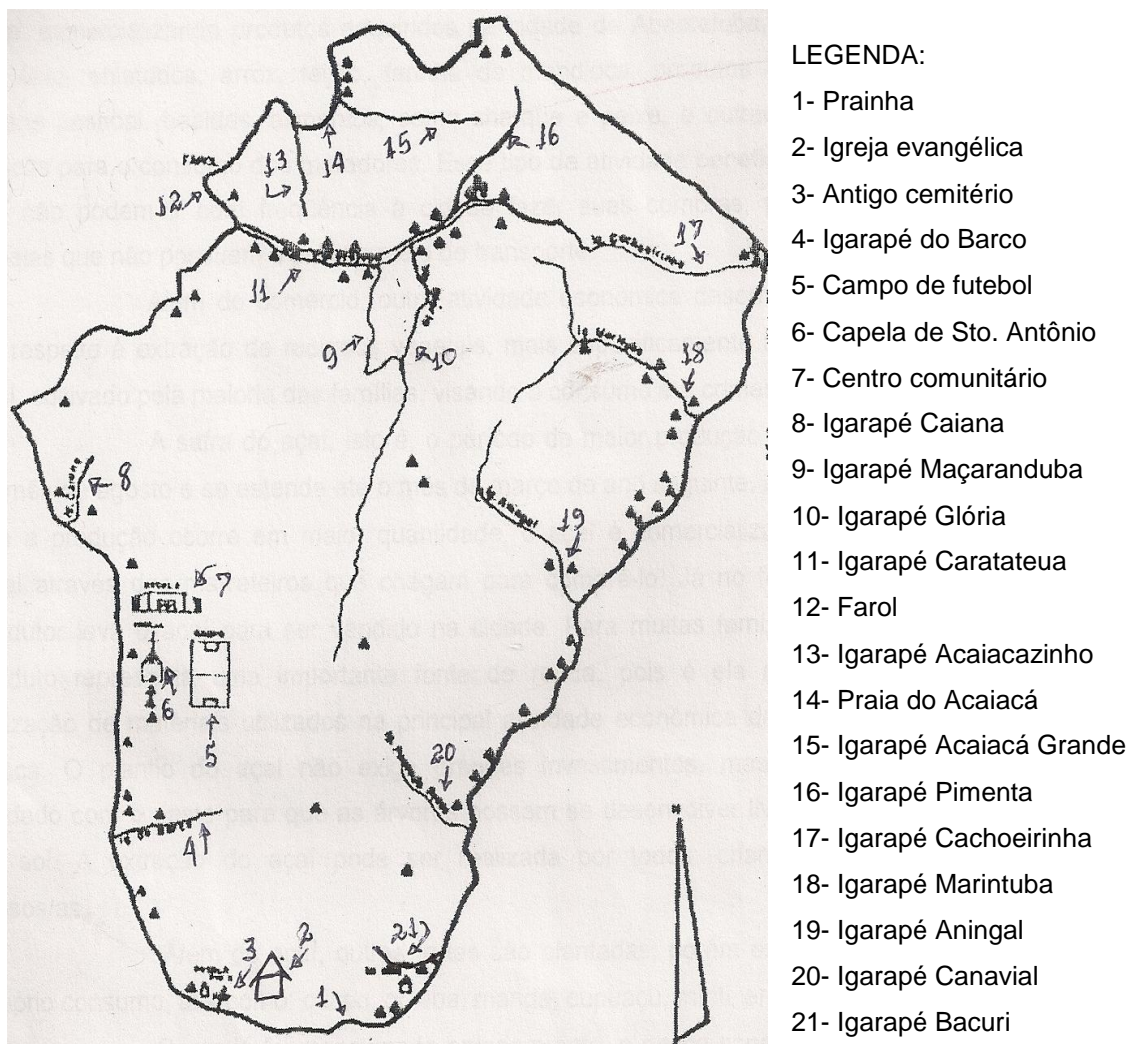
Na ilha, os meios de transporte utilizados são: barcos, rabetas, canoas (motorizada ou a remo) e cascos cavados em madeira e a moda do momento na região das ilhas é o chamado rabo azedo, um tipo de casco pequeno motorizado e muito veloz. Contudo, esses meios de transporte só podem ser utilizados de acordo com a maré.

Navegar ao redor da ilha requer conhecimentos profundos, que somente os moradores desse local já adquiriram através do tempo e das experiências vividas. Ela é cercada por perigosas pedras e barrancos de areia, o que já provocou sérios naufrágios

de balsas e barcos lotados de mercadorias ou de pessoas, vindos de outros municípios, os quais navegam sem que seus pilotos conheçam suficientemente o local. Além disso, é uma região que está constantemente sujeita a ventos fortes por sua localização próxima à baía do Capim e rio Pará.

Toda superfície da ilha compreende cerca de 10 km² de extensão, entrecortada pelos igarapés que a constituem, como se pode observar no mapa a seguir.

Figura 01. Mapa da Ilha do Capim



2.2. Um breve olhar sobre a história: entre engenhos e descendentes de escravos

Inicialmente, a Ilha do Capim foi ocupada por moradores vindos da Ilha do Marajó a partir da segunda metade do século XIX. Segundo as histórias narradas por

descendentes dos moradores mais antigos, a ilha pertencia a um fazendeiro marajoara que a deu de presente de casamento a uma de suas filhas, junto com cem negros ainda escravos. A jovem, Antonia Azevedo, havia casado com um rapaz holandês. O novo casal logo instalou no local um engenho de açúcar e uma pequena criação de gado. Tiveram seis filhos, mas apenas dois continuaram na ilha explorando os recursos naturais que ali encontravam. Entre estes recursos estava a caça, apresentando uma fartura de animais que serviam de alimentos para os moradores. Esses animais eram: preguiça, mucura, cotia, paca, veado, tatu, além de outros. A caça constituía um fator importante para a subsistência das famílias, o que foi desaparecendo com o tempo devido o aumento da população e a falta de preservação das espécies.

Assim, como a caça, a pesca também sempre foi muito farta, alimentando a população com diversas espécies de peixes, entre os quais se encontrava o mapará, ituí, mandubé, pescada, mandii e sarda.

Houve um tempo em que uma perigosa doença atingiu os moradores da ilha. Era a varíola. Todos os que contraíram a referida doença acabavam morrendo por falta de recursos. A senhora Antonia Azevedo, considerada a dona da ilha, foi uma das vítimas da varíola. Antes de sua morte, por não concordar com o regime de escravidão, procurou ensinar um ofício a cada um dos escravos que recebeu de seu pai. Após a ocorrência de sua morte e com o aumento de casos da doença, cinco dos seis filhos de dona Antonia Azevedo foram morar para Belém, enquanto que os demais moradores migraram para outras localidades próximas à ilha. Ainda hoje há descendentes de escravos residindo na Ilha do Capim ou em suas proximidades.

O único filho de dona Antonia Azevedo que não foi para Belém e continuou na ilha mesmo com os casos da varíola, chamava-se Armínio Azevedo, pois, segundo relatos, ele era um homem muito corajoso e não chegou a contrair a doença. Com o alastramento da varíola, que causou muitas mortes, o povo daquela localidade construiu, naturalmente, um pequeno cemitério na ilha para enterrar as vítimas, sendo que o corpo de dona Antonia Azevedo nele foi sepultado. Ainda hoje restam algumas cruzes que marcam as sepulturas, porque a maioria já foi destruída com o passar do tempo pela erosão. Após a eliminação da doença, muitos retornaram para a ilha, inclusive os filhos dos antigos donos.

Segundo relatos, a família Azevedo, que ali residia, mantinha um forte relacionamento com moradores da Ilha do Marajó, tanto no que diz respeito ao parentesco quanto ao comércio. Já nos anos quarenta, dois irmãos, netos de Antonia Azevedo, casaram com duas irmãs que residiam no município de Ponta de Pedras, as

quais passaram a residir na Ilha do Capim. Junto com as jovens, vieram também seus pais, irmãs, irmãos, sobrinhos, tios e primos, aumentando a população. Os Azevedo compõem hoje uma boa parte dos moradores da ilha.

De acordo com informações dos moradores mais antigos, as famílias que chegaram à Ilha do Capim depois da família Azevedo foram pedindo um pedaço de terra para morar e construir suas casas. Este é o caso de uma das maiores famílias que reside atualmente naquela localidade: os Assunção, originários de uma localidade próxima à Ilha do Capim. Residem também na ilha, algumas famílias que não pertencem diretamente às que foram citadas anteriormente, mas estão, de alguma forma, ligadas aos moradores mais antigos.

Historicamente, a residência na Ilha do Capim, assim como em outras localidades da zona ribeirinha de Abaetetuba, sempre foi caracterizada pela tranquilidade, sobre tudo à noite. Além do clima agradável, as pessoas podiam dormir com portas e janelas abertas, sem preocupação alguma. Atualmente, porém, este sossego acabou, pois um dos maiores problemas que a população vem enfrentando são os constantes ataques feitos por “piratas”, isto é, ladrões que assaltam embarcações e invadem as casas, levando dinheiro e objetos de valor, como televisão, aparelho de som, telefone celular, entre outros objetos, chegando a ferir gravemente os moradores.

Nas ilhas de Abaetetuba já foram registrados diversos casos de estupro e até morte em decorrência desses ataques. Para se defender, as famílias resolveram tomar algumas medidas de segurança, de acordo com suas possibilidades: colocam trancas nas portas e janelas, fechando a casa logo ao anoitecer; não saem mais à noite para pescar ou fazer qualquer outro tipo de viagem, a não ser que a situação exija o deslocamento de urgência até à cidade, como em casos graves de doenças. Passaram a ter em casa armas de fogo, como uma forma de prevenção aos ataques dos bandidos.

Várias reuniões já foram feitas com representantes governamentais, solicitando segurança para os moradores da zona ribeirinha, mas o problema ainda não foi solucionado.

A solução para este problema é um grande desafio tanto para os moradores como para o poder público, uma vez que a estrutura geográfica das localidades ribeirinhas dificulta a realização da tão sonhada segurança, pois as áreas ribeirinhas são compostas por muitos igarapés, furos que geralmente são muito conhecidos pelos chamados “piratas”. Outro fator relevante é que as regiões ribeirinhas localizam-se distantes da cidade, onde geralmente ficam as delegacias. Desta forma, a polícia só fica

sabendo que ocorreu um ataque de “piratas” no outro dia, quando a vítima vai até à delegacia registrar a ocorrência, fato que dificulta a apreensão dos bandidos.

A seguir abordaremos pontos fundamentais em relação aos aspectos sociais da Ilha do Capim.

2.3. A relevância dos aspectos sociais presentes na Ilha do Capim

A cultura é um fator preponderante na caracterização do povo da Ilha do Capim. Neste sentido, deve-se levar em consideração as atividades religiosas desenvolvidas que caracterizam a forma de relação social entre os sujeitos. Para tanto, pode-se mencionar as palavras de Fernandes (1948), com relação ao entendimento de organização social:

(...) como conjunto de atividades, de ações de relações sociais dos seres humanos em condições determinadas de existência social (...). Em outras palavras, a organização social de uma sociedade em um momento dado é definida como um conjunto de atividades, de ações e de relações humanas, de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida. (FERNANDES, 1948, p. 19)

Assim, uma das formas de organização social presente na Ilha do Capim, onde a maioria dos moradores participa, é a comunidade. O termo comunidade é utilizado com muita frequência na região das ilhas para designar o grupo de pessoas que partilham do mesmo espaço territorial: “a comunidade vem lutando há muito tempo para conseguir uma escola de ensino fundamental maior e ensino médio.”

Outro aspecto preponderante referente à cultura é a religiosidade, que tem forte influência na vida e nas atividades dos moradores da Ilha do Capim.

Neste local, a comunidade católica tem como padroeiro Santo Antônio, cujo dia de celebração é 13 de junho. Porém, levando em consideração que nessa data muitas pessoas estão fora da ilha, por motivo de estudo ou de trabalho, principalmente os pescadores, por estar pescando em locais mais distantes, a comunidade realiza somente em julho a festa do padroeiro. Esta é uma atividade de cunho extremamente religioso e ao mesmo tempo cultural, pois já se tornou tradição, reunindo moradores, ex-moradores, familiares que residem distante da ilha e comunidades pertencentes à mesma

Paróquia. A festa inicia com a realização do círio de Santo Antônio, cuja procissão de fiéis segue nos barcos, navegando ao redor da ilha, até chegar à capela, onde está localizado também o centro comunitário. Durante a festividade, que dura apenas dois dias, há a venda de comidas e bebidas, leilões, jogos de futebol, entre outras brincadeiras

O elemento religioso se faz presente de diversas formas. Muitas famílias costumam reunir-se antes de dormir para fazer um momento de oração, justificando que tal ação contribui na educação dos filhos e na união da família. Além disso, muitas vezes a comunidade reúne diversas famílias para celebrações coletivas, como podemos observar na figura a seguir. A pessoa que está no centro, abençoando o pão e o vinho, é um sacerdote e as demais pessoas ao redor pertencem a uma mesma família e estão reunidas em um momento de celebração religiosa.

Figura 02. Celebração religiosa em família.



Foto: Pereira, pescador artesanal, 2010.

O fortalecimento da cultura do povo ribeirinho garante a eles a peculiaridade de uma comunidade fortalecida pela fé que os une, garantindo várias conquistas para toda a comunidade.

A saúde e a educação também são aspectos sociais que geram preocupação e merecem toda atenção. Por isso, a seguir, faremos um breve comentário em torno da situação da saúde e da educação na Ilha do Capim.

2.4 A situação da saúde e da educação na Ilha do Capim

Em termos de infra-estrutura de saúde, o que existe na Ilha do Capim é uma Agente Comunitária de Saúde, a qual presta serviços em sua própria casa por não haver um local específico para isso e realiza visitas na região. Os moradores recorrem a ela para solicitar medicamentos indicados no tratamento a verminoses, diarreia, gripe e, em alguns casos, solicitam também atendimentos de maior complexidade, como picadas de cobra, ferradas de arraia e cortes que necessitam de sutura. Existem casos de urgência que precisam de um atendimento mais especializado e que exigem o deslocamento até a cidade, por falta de recursos no local.

Nessa região, os casos mais graves de doença são mais difíceis de serem resolvidos, pois, para se deslocarem para a cidade, depende muito da maré. Caso a água esteja bem baixa, impossibilita os barcos de saírem dos igarapés e dificulta o atendimento de pessoas que, às vezes, correm até risco de morte. Essa é uma realidade comum a muitas localidades da zona ribeirinha, onde há poucos recursos para a saúde, além dos problemas de ordem geográfica, citados acima.

Em relação à educação dos ribeirinhos dessa localidade, a escola atende crianças da educação infantil e do ensino fundamental menor, num total de 158 alunos; atende também 100 alunos da 5ª série ao ensino médio através do SOME (Sistema de Organização Modular de Ensino). No que diz respeito a funcionários, a escola tem seis professores municipais que atendem as turmas até o 5º ano do Ensino Fundamental, além de um responsável, uma auxiliar operacional e um vigia. Os professores que trabalham pelo SOME são vinculados ao Estado e não residem na localidade, chegando a esta na segunda-feira pela manhã e retornando a sua casa na sexta-feira.

A educação nessa região possui inúmeros problemas, dentre os quais podemos destacar as séries multisseriadas, o que atrapalha o trabalho do professor e o aprendizado dos alunos pelo fato de o professor ter mais de uma série ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Além disso, há escassez de material pedagógico para desenvolver uma aula mais prazerosa e chamativa, formação continuada que não acontece, pois nas

ilhas não há coordenador pedagógico. Logo, os professores muitas vezes não sabem como e o que fazer, pois ficam sem orientação. A maioria dos responsáveis das escolas nas ilhas só tem o ensino médio. Contudo, na Ilha do Capim observa-se grande empenho por parte dos professores em desenvolver um trabalho sério e uma educação de qualidade.

O deslocamento dos alunos até a escola, que fica no centro da ilha, torna-se muito difícil, principalmente no inverno, época em que os caminhos que dão acesso à escola ficam alagados em virtude do excesso de chuva. Muitos alunos caminham mais de trinta minutos para chegarem ao local de seu estudo. Antigamente a escola funcionava no Centro Comunitário da igreja católica, mas há quatro anos, depois de muita luta da comunidade, a escola passou a ter seu prédio próprio, construído pela Prefeitura Municipal de Abaetetuba, a qual construiu também uma ponte com um quilômetro de extensão na área de várzea para facilitar o acesso dos alunos à escola.

A seguir discutiremos sobre as atividades econômicas dos ribeirinhos da Ilha do Capim, sendo: comércio, extração de açaí e a pesca, esta que é a principal atividade econômica da referida localidade.

2.5 Atividades econômicas e sustentáveis dos moradores da Ilha do Capim

A peculiaridade dos ribeirinhos em relação à economia e à maneira de se sustentar mostra a capacidade desse povo de administrar e solucionar problemas do cotidiano.

Na Ilha do Capim não poderia ser diferente, pois na localidade existem cinco casas comerciais de pequeno porte, comercializando produtos adquiridos na cidade de Abaetetuba, sendo estes: sal, óleo, enlatados, arroz, feijão, farinha de mandioca, produtos de limpeza e higiene pessoal, bebidas, alimentos, como charque e peixe, e outras mercadorias. Esse tipo de atividade beneficia as famílias que não podem ir à cidade com frequência fazer suas compras, principalmente as que não possuem o próprio meio de transporte.

Além do comércio, outra atividade econômica desenvolvida na ilha diz respeito à extração de recursos vegetais, especificamente a produção do açaí, cultivado pela maioria das famílias, visando o próprio consumo e a comercialização. Os moradores limpam o terreno, plantam o açaí e depois, quando a fruta está madura,

apanham os cachos e vendem na cidade ou no próprio porto de casa, onde vem compradores.

Como já foi mencionada anteriormente, a pesca constitui-se como a principal atividade econômica realizada pelos moradores da Ilha do Capim. É uma atividade da qual participam homens e mulheres, praticando os diversos tipos de pesca para garantir o sustento da família. Uma parte dos pescadores realiza esta atividade na própria localidade e na baía do Capim, que fica em frente à ilha, utilizando matapi, para a pesca do camarão, rede plástica e espinhel, para a captura de peixes como tainha, pescada branca, tucunaré, sarda, mapará, etc, ou um simples caniço com linha, anzol e isca para pescar espécies variadas. Outra parte dos pescadores pesca em localidades próximas, como Mosqueiro e baía do Marajó (que fica localizada do outro lado da baía), também utilizando rede de pesca. Os demais pescadores trabalham em barcos que viajam para o oceano Atlântico, cujo principal instrumento utilizado é a rede de nylon, apropriada para capturar peixes maiores e em grande quantidade, como dourado, piramutaba e filhote (piraíba).

Para os moradores da Ilha do Capim, a pesca representa uma fonte básica para obter os alimentos necessários a sua subsistência, uma vez que o produto dessa atividade é utilizado não só para o consumo como também para a comercialização.

Para o consumo diário da família, os moradores usam suas montarias (pequenas embarcações impulsionadas pelo remo, também chamadas de canoas) e pescam na beira, ou seja, ao redor da ilha ou bem próximo dela. Esse tipo de pesca, onde participam o pai, a mãe e os filhos, mesmo os menores, é praticado durante o ano todo, mas, segundo os moradores, o melhor período é durante o verão.

O matapi é um dos instrumentos usados nesse tipo de pesca, preparado com poquecas⁷ feitas de folhas de aninga ou sacola contendo farelo de babaçu, que serve de isca para atrair o camarão a ser capturado. As mulheres têm uma efetiva participação em todas as etapas desse tipo de pesca, desde o preparo da poqueca, até a retirada do camarão do matapi para o consumo diário ou para a comercialização.

Neste sentido, Maneschy (1995) relata as experiências vividas por diversas mulheres pescadoras das regiões Norte e Nordeste, destacando a importância delas em garantir o sustento da família.

⁷ Tipo de recipiente feito com folhas de aninga para colocar o farelo de babaçu, usado para pegar o camarão.

Fátima, residente em Abaetetuba - na Ilha do Capim - esposa do pescador lavrador, pesca para o consumo de casa, faz matapi e trabalha na roça, também, para sua família. A situação de Fátima reflete a de muitas outras mulheres, destacando-se seu papel na produção de alimentos do grupo familiar e ao assumir certas tarefas relevantes da atividade pesqueira. (MANESCHY, 1995)

O espinhel, feito de anzóis maiores presos à linha, também é utilizado, mas se destina de forma mais específica à captura de piraíba e de dourada. Muitos consideram difícil e perigosa a pesca com espinhel em virtude dos acidentes que podem ser causados pelos anzóis. Caso o pescador não manipule corretamente o anzol, este pode causar sérios ferimentos nos dedos ou na mão do pescador. A figura a seguir mostra os pescadores durante a noite, preparando o espinhel para a pesca.

Figura 03: pescadores manipulando anzol no espinhel



Foto: Pereira, 2010.

A pesca praticada no oceano Atlântico ou no rio Amazonas envolve embarcações maiores acompanhadas por pequenos barcos, chamados botes. Os barcos grandes contem geleiras no porão, onde o peixe é colocado para ser conservado. As grandes embarcações servem para pescar e trazer o peixe para os barcos menores. Nesse

tipo de pesca, existe uma pessoa que é responsável em organizar todas as tarefas a serem realizadas: é o encarregado. Este, geralmente, possui conhecimento sobre a rota da viagem os lugares em que há fartura de peixe e os locais das pedras que devem ser desviados. Neste sentido, o encarregado acaba construindo mentalmente um mapa, como afirma Diegues (2001), ao falar de um estudo realizado em galinhos- Rio Grande do Norte- sobre os encaminhamentos marítimos na pesca: “O mestre competente produz um mapa mental com os diversos pontos de pesca e tanto mais competente um mestre quanto mais diversificado, detalhado e preciso for seu mapa”. (DIEGUES, 2001, p. 391).

O encarregado acumula conhecimentos adquiridos no decorrer de muitas viagens de pesca. Por isso, é necessário prestar muita atenção a tudo, observar todos os detalhes e agir com responsabilidades.

Na Ilha do Capim, apenas três famílias possuem barcos que viajam para o oceano, realizando a pesca de geleira. É uma viagem longa, que dura em torno de quinze a trinta dias, chegando até a dois meses, dependendo das condições da pesca. Além da distância, os pescadores dizem que o sono, o sol e o vento forte são fatores que tornam a viagem ainda mais difícil. A figura a seguir mostra pescadores em alto mar, sob o sol forte, preparando-se para puxar as redes de pesca.

Figura 04. Pescadores em alto mar



Fotos: Pereira, 2010.

A pesca não é somente uma atividade econômica, mas também cultural, pois os conhecimentos adquiridos nesta atividade são transmitidos de geração à geração, ficando para sempre na tradição da comunidade. Assim, com base em Wortmann (2002) e Silva (1999), a cultura pode ser considerada como uma ação pedagógica à medida em que o saber local sobre a pesca possui um corpo de conhecimentos e estes contribuem na formação da identidade de um povo, mais especificamente da população que reside na Ilha do Capim.

No próximo capítulo iremos trabalhar análise das entrevistas realizadas na Ilha do Capim abordando a pesca, a cultura, educação e a economia dessa e o lazer dessa região.

CAPÍTULO III: A PESCA ARTESANAL E A VISÃO DOS RIBEIRINHOS EM RELAÇÃO À CULTURA, À ECONOMIA, À EDUCAÇÃO E AO LAZER

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde todos visam o lucro, onde o dinheiro circula e na região das ilhas essa realidade não é diferente. Uma das formas de ganhar dinheiro para sustentar a família é com o trabalho da pesca, trabalho este que acontece há muito tempo e que é repassado de pai para filho, sem exigir certificado nenhum para o exercício dessa profissão. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos pescadores dessa região são conhecimentos empíricos obtidos ao longo de suas vidas, de forma informal, ou seja,

É por esse conhecimento que alcançaram a capacidade de classificar as coisas do mundo vivido. E também graças a essa ciência que podem reproduzir-se socialmente e transformar em tradição os traços culturais apreendidos das gerações anteriores. (FURTADO, 1993, p. 200)

Podemos destacar que são conhecimentos do senso comum que foram adquiridos no contato do dia a dia, nas experiências vividas, nos relatos dos mais velhos que são repassados culturalmente. Esses conhecimentos são de suma importância para os moradores da região, pois a pesca é o meio de trabalho mais conhecido e realizado por eles para manterem o sustento de suas famílias.

O presente capítulo tem como objetivo enfatizar a visão dos moradores da Ilha do Capim em relação à temática pesquisada e analisar as entrevistas realizadas com os mesmos como forma de percebermos como eles se vêem e se percebem dentro de um contexto social e cultural.

3.1 A visão dos moradores da Ilha do Capim

Segundo relatos de alguns moradores da Ilha do Capim, o trabalho começa desde cedo para os meninos e meninas que ajudam os pais. Só que os meninos vão com o pai para a pesca, enquanto que as meninas ficam em casa ajudando a mãe a cuidar dos irmãos e das atividades domésticas. Essa é uma cultura que vem sendo repassada de pai para filho.

Minha filha, as crianças daqui, principalmente os meninos, começam a trabalhar com quatro anos, são levadas pelos pais para ajudar em diversas coisas: os pais ensinam eles a pilotar canoa, rabetas e pequenos barcos, a usar malhadeira, anzol, rede, caniço, linha, tapar igarapé, gapuiá⁸. (Zé Maria pescador 45 anos)

Segundo Furtado (1993), desde cedo, os meninos já começam a ir com os pais ou parentes mais velhos para a pescaria, para ajudar nas pequenas tarefas: ajudar a transportar um remo para a canoa, a pilotar a montaria, escoar a água que se acumula no fundo da canoa, vigiar uma malhadeira, ou simplesmente para ir aprender a pescar. Estas são algumas das tarefas realizadas pelos meninos. Já as meninas não são permitidas realizarem essas atividades, pois, segundo a cultura de grande parte dos ribeirinhos, isso não é trabalho para mulher, que representa o sexo frágil e também é fonte de panema, ou seja, significa má sorte e azar.

Muitos dos ribeirinhos acreditam nessa crendice e confirmam que o relato de Furtado (1993) é verdadeiro e o que acontece quando a cultura e a crença são desrespeitadas por algum pescador:

Eu sou mulhé e concordo com os homens: quando nós insiste em ir pescar, tudo dá errado, eles num consegue pegá o peixe nem pra bóia, que dirá pra vender, sem falar que nós semos muito fraca e esse serviço exige muita força, por isso nós não damos conta. (Dona Maria, moradora 59 anos)

O que podemos observar nessa resposta é que faz parte da cultura ribeirinha o trabalho de pescar ser masculino e que as mulheres concordam e acham normal essa cultura “machista”.

A participação da mulher em atividade de pesca, quando referida, traduz o “extraordinário” da sua rotina diária. Embora esse fato demonstre que a mulher pode realizar a pesca, essa atividade é vista com restrições, recebendo cargas valorativas negativas. É tida como pouco significativa, do ponto de vista da renda que é gerada, devido à frequência e à intensidade com que é realizada. É apenas insinuada, falada nas entrelinhas ou em notas de roda pé, não merecendo uma descrição ou análise mais esclarecedora “é uma raridade, uma vez ou outra elas vão pescar”. (ALENCAR, 1993, p. 77)

⁸ Mexer poço para pegar peixe, camarão e arraia.

Podemos perceber que esse conceito está ligado à questão de gênero. O termo gênero não está reduzido exclusivamente ao sexo feminino, mas envolve tanto o feminino quanto o masculino.

Nesse sentido, é necessário avaliar o gênero como algo que não está ligado exclusivamente às características biológicas, uma vez que o modo como mencionamos ao que é ou não “adequado” se dá por intervenção da linguagem, por meio dos símbolos e das representações e como tal modifica-se historicamente. É importante ressaltar que os gêneros se fazem, refazem-se, estendem-se consecutivamente e são socialmente produzidos ao longo do tempo, é o “modo como às diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 1997, p.77), ou seja, está ligado a uma condição social que entende os sujeitos como sendo mulher ou homem.

A foto a seguir mostra os homens durante a atividade da pesca. Enquanto um pescador organiza a rede no fundo do bote, o outro vai separando e limpando o peixe já pescado.

Figura: Homens pescando



Foto: Pereira, 2010.

Como podemos comprovar através das imagens cedidas pelos pescadores, não há nenhuma mulher realizando o trabalho de pesca. Sabemos que a cultura

hegemônica ainda continua ditando as regras, o que podemos e o que não podemos fazer. De acordo com essa cultura, mulheres devem agir de um jeito e homens de outro, e para os ribeirinhos essa construção é repassada desde muito cedo, as condutas e sentimentos apropriados são moldados, eles seguem como algo correto e natural da vida, não questionam, pois esse conceito faz parte dessa construção social na qual eles se encontram.

Contudo, nos dias atuais há casos em que algumas mulheres, por necessidade de alimentar os filhos, já mudaram essa realidade, mas permanecem com o conceito de que esse trabalho é exclusivamente masculino. Algumas mulheres não vão para o alto mar pescar com os homens, mas ficam em casa cuidando de tudo e também lanceando⁹: peixe, camarão, sendo responsável por trazer comida para dentro de casa, enquanto os homens (marido, filho, irmãos) estão viajando. Prova disso é a entrevista de D. Maria, acima citada.

Na Ilha do Capim existe uma boa parte de mulheres que participa da pesca, inclusive sendo cadastradas, como os demais pescadores, na Colônia Z14, entidade responsável pela organização dos pescadores no município de Abaetetuba.

Segundo os moradores, antigamente a região era farta de peixes, frutas e muitas outras coisas. Hoje, devido aos avanços tecnológicos, à poluição e à pirataria tudo mudou. Um dos entrevistados nos diz:

Minha filha, antigamente isso aqui era uma beleza. Tatu passava correndo e se encostando no pé da gente. Todo mudo comia bem e ninguém passava fome. Mas dum tempo pra cá ninguém mais respeitou nada. Foram só comendo e a caça desaparecendo, o povo não respeita mais nada, jogam lixo nos rios, pegam peixe na época da desova, muitos só tiram da terra e não plantam nada no lugar. (Tibúrcio Azevedo, ex-pescador 82 anos).

De acordo com o relato acima, tudo nessa região mudou, boa parte dos animais estão em extinção e a região não possui mais a mesma beleza e fartura de antigamente. Apesar de todos os benefícios que existem nas ilhas, ainda há muitas famílias passando fome, pois não sabem fazer outra coisa que não seja pescar.

Em relação à educação, vemos alguns avanços, mas, segundo a comunidade, ainda faltam muitas coisas, dentre elas a presença direta dos professores da 5ª série ao Ensino Médio, os quais muitas vezes chegam atrasados no dia de segunda-feira para trabalhar, como menciona um morador:

⁹ Utilizar a rede com peso para pegar peixes.

Faz muito tempo que a nossa comunidade vem lutando pra conseguir pessoas comprometidas pra trabalhar com os nossos filhos, mas muitas das vezes eles chego atrasados na escola e o aluno fica chateado e cansado por ter que esperar.. (José Pereira, pescador 48 anos).

Pode-se perceber que quando o informante fala de “comunidade” está se referindo a todos os moradores, independente da religião a qual pertencem. Contudo, é muito comum compreender a palavra comunidade sendo empregada também para caracterizar a organização proposta pela Igreja católica: CEB's¹⁰. Neste sentido, a comunidade é um grupo organizado de acordo com as diretrizes da Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, das ilhas de Abaetetuba, a qual desenvolve trabalhos sociais e de catequese junto à população que reside na zona ribeirinha do município.

Apesar da presença marcante da igreja católica, entre os moradores da ilha, existe também um templo evangélico da Assembléia de Deus, frequentado por cerca de 45 (quarenta e cinco) famílias. Torna-se explícita uma certa tensão entre os moradores que professam as distintas religiões. É muito comum ouvir um evangélico, denominado crente, fazer reclamações sobre os benefícios sociais, dizendo que:

Geralmente os recursos adquiridos pra população ficam somente para os que são da comunidade. (Justino Souza, pescador, 35 anos, referindo-se aos católicos.)

Ainda sobre a educação, perguntamos a uma das entrevistadas se o trabalho da pesca atrapalha o processo de aprendizagem na escola, já que os meninos começam desde cedo a acompanhar os pais nas viagens. Segundo ela:

Acho que sim porque eles num quere estudá, vão logo trabalhá com o pai porque eles si acostumo com o trabalho. Desde pequeno quere ganhá o próprio dinheirinho. Os meninos do sítio começam a frequentar as festas dançantes desde muito cedo e quando eles começo a ganhá seu dinheirinho, quere agir como adulto e abandono a escola, porque na escola eles não ganho nada, ao contrário, só tem gastos. (Dona Júlia Soares, moradora, 60 anos)

A precocidade da inserção no mundo do trabalho faz com que os adolescentes, as crianças e os jovens abandonem a escola para estar presente na atividade pesqueira, atitudes que muitas das vezes são apoiadas principalmente pelos

¹⁰ Comunidades Eclesiais de Base

pais que, assim como não tiveram a oportunidade de estudar, os filhos também estão seguindo o mesmo caminho.

Depreende então, que a escola, deixando de contribuir para a profissionalização dos membros (...) no que diz respeito às atividades produtivas básicas exercidas (pesca, coleta, etc), deixa também de facilitar a integração desses mesmos indivíduos com o seu ambiente, modo de vida peculiar e universo cultural. (MAGALHÃES, 1993, p. 129)

Percebemos, na citação acima que a escola não trabalha o que realmente interessa aos ribeirinhos, ela não profissionaliza e eles ainda não conseguem ver a importância de estudar, pois o currículo escolar não contempla a realidade na qual eles estão inseridos. É necessário pensar, elaborar e trabalhar um currículo que leve em conta a realidade dos ribeirinhos. Talvez, dessa maneira, desperte o interesse dos mesmos, pois o trabalho da pesca acaba “ofuscando” os olhos, e na maioria das vezes as famílias não tem condições de manter os filhos até concluírem seus estudos e logo cedo eles necessitam ganhar dinheiro para comprar roupas, ir às festas e se manter, além de construir família muito cedo.

(...) como geralmente ocorre em sociedade com características pré-capitalistas, as famílias (...) constituem-se não somente em uma unidade de transmissão e socialização de valores, mas também como núcleo de ensinamento e formação profissional (MAGALHÃES, 1993, p. 126)

Ainda vemos o desinteresse das famílias em relação à educação formal. Boa parte dos moradores ainda não entendeu a importância desta forma de educação e os caminhos que ela pode abrir. Por outro lado, hoje os diversos tipos de organização existentes na Ilha do Capim fizeram com que várias famílias se juntassem para lutar por melhorias na educação, como pela construção de um prédio escolar, por exemplo, sendo que antigamente a escola funcionava no Centro Comunitário da igreja católica.

No ano de 2010 houve a conclusão e formatura da primeira turma de Ensino Médio na Ilha do Capim, o que representou uma grande vitória para os moradores daquela comunidade, principalmente pelo fato de que muitos alunos concluintes já haviam parado de estudar há bastante tempo, pois não havia turmas a partir da 5ª série na localidade.

Sobre a saúde dos ribeirinhos, na Ilha do Capim não há posto de saúde¹¹ muito menos hospitais. Como já foi mencionado anteriormente, há somente uma agente de saúde que realiza pequenos curativos quando há material. Procuramos saber o que eles fazem quando adoecem:

Quando estamos doentes, nós vamos pra cidade, primeiramente pra o hospital das irmãs pra consultar e fazer exames porque além de ser mais fácil de pegar ficha, não é caro e os médicos são bons. Porque aqui não tem posto, hospital, nem médico e se nós continuar aqui pode até morrer. (Dona Maria, moradora, 59 anos)

Os ribeirinhos, quando adoecem, se encontram em uma situação muito complicada, pois eles dependem de embarcações para virem para a cidade: muitos não possuem o próprio transporte. Precisam acordar muito cedo e quanto mais longe ficar a localidade mais cedo eles têm que acordar. Chegam a cidade por volta das 5:30h da manhã e tem horário marcado para voltar pois, as viagens de volta acontecem até as 11:00h. Por esse motivo, o Hospital das Irmãs¹² é o local mais procurado pelos ribeirinhos. Neste hospital os mesmos têm prioridades e o valor das consultas e exames são simbólicos, pois este Centro Médico é de caráter filantrópico e mantém parcerias com a Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

Uma vez o meu cunhado foi cortado com um gargalo de garrafa. O corte ficou muito perto do coração e sangrava demais. Ele pedia pra mim que costurasse o golpe pra ele não morrer, mas eu não tive condições de fazer isso porque eu vi que aí ele podia morrer mesmo, pois aqui não temos nenhum recurso, não podemos nem fazer os primeiros socorros. O que é realizado aqui são pequenos curativos e suturas de pequeno porte. Na mesma hora eu mandei ele pra Abaeté. (Deuza Azevedo, 46 anos Agente de Saúde).

Podemos comprovar as grandes dificuldades que os ribeirinhos encontram em relação à saúde nas falas de dona Maria e dona Deuza, pois o descaso com a saúde dos ribeirinhos é grande. Eles, até hoje, não tem um posto de saúde para atender os casos mais simples.

Outro aspecto importante que abordamos nesta pesquisa é a insegurança dos moradores das ilhas, pois antes morar nessa região era viver em harmonia com a

¹¹ Existe uma agente de saúde que trabalha na sua própria residência, realizando pequenos curativos e pequenas suturas.

¹² Centro Médico Nossa Senhora da Conceição, dirigido pelas irmãs xaverianas.

natureza, em paz, e como muita tranquilidade, mas hoje vemos que essa realidade vem mudando. Segundo dona Maria:

Morar aqui é bom, porque temos o contado direto com a natureza, mas, por outro lado, as noites não são calmas, porque os piratas roubam as rabetas, barcos e às vezes chegam a violentar sexualmente as mulheres e até matar pai de família. Não temos segurança nenhuma, a não ser a de Deus, pois estamos distantes da cidade, temos dificuldade de ir na delegacia registrar a ocorrência e os policiais encontram muitas dificuldades para procurarem os piratas, porque existem muitos furos, igarapés e ilhas, o que facilita a fuga dos piratas. Até hoje nunca recuperamos o que nos foi roubado (Dona Maria, moradora, 59 anos.)

O que podemos comprovar a partir da resposta de Dona Maria é que os moradores das ilhas perderam a tranquilidade e a paz que tinham antigamente. Apesar de morarem distante da cidade, vivem com medo de assaltos e violência, de um modo geral, sentem-se reféns da insegurança, da crueldade por parte dos “piratas”. Contudo, muitos moradores permanecem na localidade por não terem como se manter na cidade; outros por opção e alguns, para oferecer uma melhor oportunidade em relação à educação dos seus filhos, largam tudo e se mudam para a cidade e começam do zero.

Sabemos que a pesca artesanal é um trabalho muito importante para os ribeirinhos dessa região e é um meio de arrecadar dinheiro e alimento. Perguntamos ao seu José Maria quais os benefícios da pesca artesanal?

Minha filha, pra nós esse trabalho é o mais antigo, o mais conhecido e o mais procurado, porque ele começa quando nós semo bem pequeno, os nossos pais nos ensinaram e logo nós começemo a ganhar o nosso dinheirinho. Além do mais, quando vamos para o alto mar, pegamos peixes que não há na nossa região e dá pra vender por um precinho melhor. (José Maria, pescador, 55 anos)

Podemos observar no depoimento de seu José Maria a importância da pesca e do trabalho para este povo, o quanto a pesca significa na vida daqueles que tem pouca oportunidade de sustento. Talvez, a inserção precoce no trabalho da pesca e o ganho de dinheiro, mesmo que pouco, muito cedo, faz com que a procura por um outro trabalho seja mais difícil, pois, falta-lhes oportunidade até mesmo para conhecer outras formas de trabalho.

Ainda sobre a pesca perguntamos ao seu José Maria, pescador há 48 anos, quais os peixes que eles costumam pescar na região e em alto mar.

Bem, quando nós vamos pescar aqui na nossa região a gente usa o caniço, a linha de pescar e a rede de malhar pra pegar tainha, mandubé, pescada, tucunaré, sarda, mapará e outros peixinhos, e aqui nós pegamos pouca quantidade. Quando nós vamos pescar no alto mar, a gente usa redes grandes e o espinhel para conseguir pegar uma quantidade maior dos peixes: surubim, dourado, filhote e piraíba, que aqui na região a gente não consegue pegar (José Maria, pescador 45 anos).

Na entrevista acima percebemos que os materiais utilizados na pesca na própria localidade são diferentes dos utilizados na pesca em alto mar, o que possibilita uma quantidade diversificada na produção do pescado, pois em alto mar os pescadores conseguem uma quantidade significativa. A quantidade do pescado diminuiu devido, entre outros fatores, à poluição, à pesca predatória, à falta de consciência e respeito principalmente daqueles que não moram no interior ou não dependem diretamente da pesca. As pessoas que viajam nos barcos que transportam passageiros de várias localidades do município e de outros municípios para a cidade de Abaetetuba jogam garrafas pets, sacolas plásticas, latinhas de refrigerante e outras coisas mais que prejudicam tanto a água quanto os peixes, que morrem, o que contribui para a diminuição das espécies e quantidade de pescado. A maioria dos moradores, por sua vez, joga lixo nos rios, pois não possuem coleta seletiva de lixo e poucos são os que queimam o lixo. Logo, há inúmeros fatores contribuindo para a diminuição do pescado.

Em virtude da escassez do peixe na região, os pescadores da Ilha do Capim e das demais localidades da zona ribeirinha se aventuram em viagens longas para o alto mar, deixam suas famílias por um certo período de tempo, correm inúmeros riscos de acidentes por causa das tempestades e de serem assaltados por piratas, tudo com o objetivo de pegar grande quantidade de peixe. Depois vendem a o produto no ver-o-peso, cidade de Belém do Pará, e assim garantem o sustento de suas famílias. É importante ressaltar que hoje em dia vários jovens que viajam para o oceano na função de encarregados do barco assumem essa imprescindível tarefa por terem observado os pais ou os avós enquanto viajavam com eles para a pesca, pois é necessário ter muita segurança e precisão para conduzir uma embarcação em alto mar e, principalmente, para saber onde se deve jogar as redes em direção ao peixe, além de outros conhecimentos mais. Segundo Adilson Raimundo, é necessário muita experiência e anos de muita dedicação, observação e trabalho constante, como afirma:

Pra mim conseguir ser encarregado, passei muito tempo vendo o que o encarregado da viagem que eu ia fazia. Eu ia sempre olhando tudo pra poder aprender, né? Foi difícil porque o cara tem que ser forte, ficar acordado pra poder conhecer as pedras, por onde o barco pode ou não pode ir, ser muito esperto. (Adilson, encarregado de pesca, 36 anos)

Mesmo sem viajar até o alto mar, as mulheres tem a importante missão de cuidar da família enquanto os homens estão fora e por isso também se lançam na pesca com matapi para pegar camarão, pescando até mesmo com redes de malha para capturar os peixes que existem na redondeza, além de apanhar açaí e desenvolver outras tarefas importantes. Os filhos menores que ajudam as mães e os pais na pesca, vão aprendendo desde cedo todas as técnicas dessa profissão, que também é uma arte.

Após trabalharmos com a educação, a cultura e a pesca, preocupamo-nos também em saber como eles realizam o lazer, momento importante para qualquer pessoa. Ao perguntarmos para seu Adilson Raimundo ele nos deu a seguinte resposta.

O nosso lazer, você quer dizer o momento de distração? Nós vamos jogar bola, jogar baralho na casa do seu Zé, lá é o ponto de encontro dos jogadores. Outra coisa que a gente faz aqui é beber uma cervejinha quando a gente se encontra chegando de viagem. Também vamos pras festas que sempre tem. Nos domingos de manhã, vamos pra celebração na capela. (Adilson Raimundo, encarregado de pesca 36 anos)

O que percebemos é que eles não possuem diversidades para o lazer. Em relação ao lazer dos pescadores, este se resume ao campo de futebol, às festas dançantes e jogo de baralho. Nessas atividades a bebida alcoólica está presente e acaba que muitos pescadores gastam o dinheiro da pesca com jogo e bebida. Isso pode alimentar o vício com o uso do álcool. Se observarmos bem, as crianças pouco tem o que fazer, pois as atividades que foram referidas por seu Adilson Raimundo, não as contemplam diretamente, pois são atividades que na maioria das vezes estão direcionadas para os adultos. A foto a seguir mostra os pescadores em uma das suas atividades de lazer, depois do jogo de futebol.

Figura 06: os pescadores após um jogo de futebol



Foto: Pereira, 2010.

Um fator relevante é a questão das crianças estarem sempre acompanhando os adultos, estando inseridas em um contexto tipicamente para maiores, o que pode influenciar no consumo de bebidas, como já foi mencionado anteriormente. Como mostra a entrevista abaixo quando perguntamos para dona Rosa com quantos anos geralmente um jovem começa a beber, ir para as festas e namorar :

Olha, aqui tudo começa muito cedo. Não sei direito porque não fico acompanhando todos direto, mas nas festas a gente leva as crianças e elas acompanham. Sempre tem um barracão e lá a gente amarra as redes e agasalha as crianças quando querem dormir. Mas os jovens, principalmente os meninos, ficam até amanhecer nas festas, muitos bebem desde garotos, porque eles sempre estão com nós. É melhor ficar com a gente do que ficar sozinho em casa, porque às vezes, a festa é longe. (Dona Rosa, 42 anos).

A fala de dona Rosa nos afirma a questão das crianças estarem sempre acompanhando os adultos em lugares que muitas vezes não poderiam estar presentes. Não percebemos a preocupação dos responsáveis pelas crianças de mantê-las fora destes ambientes impróprios para elas. E não estamos falando só das festas, mas também do jogo de baralho, como mencionou o senhor Adilson Raimundo.

As meninas acabam também experimentando as mesmas atividades que as demais crianças participam. Não que acreditemos ser divididas atividades de meninos e meninas. O que questionamos é o fato de as crianças participarem das mesmas atividades que os adultos, acompanhando sempre e vivendo momentos que ainda não é para elas. A influência pode resultar em um mau entendimento do que realmente é ser criança.

Também podemos perceber o universo religioso na fala de seu Adilson Raimundo, quando diz que vão aos domingos para a celebração na capela, feita pela comunidade, pois o sacerdote só vai para a comunidade em ocasiões especiais, como: casamento, batizado e festa do padroeiro da localidade.

Talvez, as famílias ainda não tenham percebido que essa cultura de permitir que as crianças estejam sempre nos lugares que deveriam estar só adultos, prejudica as mesmas e que a própria comunidade pode melhorar a oportunidade de lazer de suas crianças, sendo que o lugar onde moram é rico em oportunidades para que possam construir atividades que contribuam significativamente para que os pequenos se desenvolvam de maneira saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões da pesca artesanal na Ilha do Capim, percebemos que não é possível dar conta da multiplicidade de questões que se referem à temática pesquisada. Sabemos que o processo da pesca artesanal é uma atividade que acontece há muitos e muitos anos e que envolve outros pontos importantes, como a questão de gênero, de cultura, lazer, saúde, educação e economia, pontos fundamentais que fazem parte desse trabalho.

Sobre a educação dos ribeirinhos, percebemos que ainda não existe um currículo elaborado de forma que envolva a temática da pesca e outros assuntos que são de suma importância para vida dos mesmos na região e que possa ter significado para a realidade na qual estão inseridos. O currículo que existe é algo muito distante do que eles vivenciam e isso contribui para a evasão escolar, pois eles necessitam desde cedo trabalhar e um dos trabalhos mais conhecidos e realizados na região é a pesca artesanal. Esse trabalho começa como se fosse brincadeira de criança, pois desde os quatro anos de idade eles começam ajudando os pais em pequenas atividades e na fase da adolescência sentem a necessidade de ganhar seu próprio dinheiro. Então, a solução é abandonar a escola e começar a viajar.

Outro fator que contribui também para deixarem a escola é o fato que adolescentes e jovens constituem suas famílias muito cedo e com isso tem que trabalhar para mantê-las e quando vão para algum lugar se divertir levam seus filhos sem se preocupar se o ambiente é adequado ou não para eles. Isso acontece naturalmente, tanto os homens quanto as mulheres possuem pouco nível de instrução: os homens por viajarem para trabalhar e as mulheres por terem que tomar conta dos filhos e não encontrarem tempo para estudar.

Ainda é muito forte o modelo hegemônico, o padrão de homem e mulher, mas podemos ver uma pequena quebra quando entrevistamos a senhora Maria, pescadora da ilha. Contudo, o preconceito em relação à mulher ainda é enorme. Vimos que muito ainda precisa ser feito para desmistificar o conceito de homem que pode “tudo”, que existe “valores corretos”, formas de comportamento, atitudes, gestos que são repassados desde o nascimento. Esses conceitos geralmente estão associados ao conceito da cultura hegemônica, que reforça a todo instante o que os homens e mulheres podem ou não podem fazer.

O estudo oportunizou conhecer a realidade dos ribeirinhos, como eles vivem, o que fazem durante seu tempo livre, em que trabalham e como se sentem nesse contexto social e cultural da sociedade do século XXI.

Percebemos a importância que a pesca artesanal tem para essa região, pois, de acordo com a pesquisa realizada no local, 80% dos moradores da Ilha do Capim dependem exclusivamente desse trabalho, trabalho este que não é de carteira assinada e sim autônomo. Os poucos que tem barcos viajam com os próprios filhos ou contratam pessoas para trabalhar. Os que possuem menos poder aquisitivo trabalham como empregados e ganham um valor dependendo da quantidade de peixes pescados ou dos dias trabalhados. Nessa atividade econômica, existe aquela pessoa que é de fundamental importância para a realização da pesca: o encarregado¹³, e esse cargo é muito cobiçado por eles, esse é o sonho de quem desde cedo começa a trabalhar na pesca artesanal, uma tarefa estudada durante anos de vida “escolar”, tendo como mestres os mais velhos.

¹³ Responsável pela embarcação e coordenação da pesca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mazzotti, Alda Judith e Gewandsznajder, F. **O Método Natural nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa qualitativa e quantitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2001.

BARSA, Nova Enciclopédia. **Enciclopédia Britânica do Brasil Publicação Ltda.** São Paulo. 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

_____, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** SP: Brasiliense, 2005

BRASIL, Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União. Brasília, nº 248,1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. São Paulo, Jul., 2002. (Caderno de Pesquisa n. 116)

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo, Editora Ática, 1983. (coleção Ensaaios, 94)

_____. **Tradição marítima e oralidade**: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil. In: Projeto História e oralidade – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Por uma educação do campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. v. 5, 2004.

FERREIRA, Rosa Helena Nogueira. **Os processos de ensino e aprendizagem na região amazônica**: novos caminhos para a educação ribeirinha. Belém UNAMA FIDESIA, 2007.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas**: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

de História da Pontifícia Unidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2001. p. 389-400.

_____, Lourdes Gonçalves. **Povos: Realidade e Perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GADOTTI, M. **Uma escola, muitas culturas.** In GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.) *Autonomia da escola: princípios e propostas.* São Paulo: Cortez, 1997.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez 2002.

LEITÃO, Wilma. O pescador Mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil. (Mestrado em Antropologia) Belém, 1997.

MANESCHY, Maria C; ALENCAR, Edna C; NASCIMENTOS, Ivete H. **Pescadores em busca da cidadania.** In: D'INCAO, Maria A; ALVARES, Maria Luzia M. *A mulher e gênero na Amazônia.* Belém: GEPEM/MPEG, 1995. P.81-96.

McLUHAN, Herbert Marshall (1969). **Mutations.** Paris, Mame. 1990.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** 2003. 165 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

MORIN, Edgar. O Método. **As idéias:** habitat, vida, costumes, organização. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulinas, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 6. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SUDEPE. **II Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca.** Brasília, Superintendência do desenvolvimento da pesca. Ministério da Agricultura. 1969.

_____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1975 - 1979.** Brasília, Superintendência do desenvolvimento da pesca. Ministério da Agricultura. 1974.

_____. **IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1980 - 1985.** Brasília, Superintendência do desenvolvimento da pesca. Ministério da Agricultura. 1979.

WORTMANN, Maria Lúcia C. **Análises culturais - um modo de lidar com histórias que interessam à Educação.** In: VORRABER, Marisa (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DPJA, 2002. p.73-92.

WWW.legislação.planalto.gov.br LEI N° 11.959, de junho de 2009.

ANEXO

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Entrevista semi-estruturada com os Moradores da Ilha do Capim

1. Com quantos anos de idade se inicia o trabalho na pesca?
2. As mulheres trabalham na pesca?
3. Em relação à educação formal o trabalho da pesca atrapalha o desenvolvimento de aprendizagem das crianças?
4. Como é morar nessa região?
5. Vocês se sentem seguros morando na Ilha do Capim?
6. Como vocês cuidam da saúde?
7. Qual a importância da pesca artesanal para as famílias que dependem desse trabalho?
8. Quais os tipos de peixes que vocês costumam pescar?
9. Como está hoje a questão da alimentação?

10. Em relação ao lazer, como isso acontece?

11. Com quantos anos os jovens começam a beber?